

## GUERRA NA UCRÂNIA

Pedro Abrunhosa e embaixada russa: não houve "ingerência na soberania nacional" e intervenção do Parlamento é "opcional"

"Qualquer concretização desta putativa ameaça seria imediatamente atribuída ao Estado russo", diz André Pereira Matos

Nem Pedro Abrunhosa procura "a fama que já tem", nem exagerou. Investigadores das áreas de Ciências Políticas e Relações Internacionais entendem que a embaixada russa não operou uma "ingerência na soberania nacional", mas atentou contra a liberdade de expressão de um país democrático. Ouvidos pelo Expresso, os especialistas dizem que levar o assunto para o Parlamento poderia empolar uma situação que se quer "circunscrita"

3 AGOSTO 2022 11:43

### Catarina Maldonado Vasconcelos

Jornalista

O 'Big Brother' está de olho, e Pedro Abrunhosa é apenas um ponto captado pelo imenso radar russo, que já se alastrou, maioritariamente pela Europa e pelos Estados Unidos. Das palavras às intromissões em atos eleitorais e alegados envenenamentos, a "proatividade russa" começou ainda antes da invasão da Ucrânia. Na Bulgária, na Lituânia, na Eslovénia, na Albânia, na Alemanha, no Reino Unido, na Grécia e em Itália, Moscovo já fez uso da sua retórica para tentar impor autoridade. O embaixador russo em Itália enviou um e-mail intimidatório aos deputados da Comissão de Negócios Estrangeiros e Defesa, afirmando que as sanções contra a Rússia "não ficarão sem resposta". Na Grécia, a embaixada da Rússia chegou mesmo a ditar nas redes sociais o canal de televisão que os gregos deveriam ver se queriam receber informação "objetiva", e, na Bulgária, a embaixadora russa acabou por ter de se desculpar perante o primeiro-ministro do país, após ter comparado a invasão da Ucrânia ao processo de libertação da Bulgária que ocorreu há 144 anos. Apesar de, como já elucidaram os serviços de informação britânicos e norte-americanos, ter sido diminuída a capacidade de espionagem russa e atenuada a capacidade de influência na

política nacional, dada a expulsão de diplomatas e outros profissionais russos, a "teia" de recolha de dados ditos "de interesse" não foi totalmente interrompida.

Luísa Godinho, doutorada em Ciência Política pela Universidade de Genebra e professora associada na Universidade Autónoma de Lisboa, lembra que, por cá, a reação da embaixada russa às palavras antiguerria (e anti-Putin) proferidas por Pedro Abrunhosa durante um concerto em Águeda "insere-se nessa estratégia sistemática de afirmação e defesa da posição da Rússia face a atitudes críticas, chegando à intimidação dos envolvidos".

#### **AS AMEAÇAS: PEDRO ABRUNHOSA TEM MOTIVOS PARA TEMER?**

[20 de julho de 2022](#). "Senhor Abrunhosa", como a embaixada russa - distanciando-se mas apontando-lhe o dedo - lhe chama, fica a saber: "nenhumas provocações ignóbeis ficarão sem resposta", porque "as suas palavras, indignas do homem de cultura que ainda por cima representa o país, que está a manifestar-se abertamente contra qualquer tipo de ódio e discriminação, foram ouvidas". Dois dias depois, o artista caracteriza a intervenção do órgão diplomático como "inérita e muito preocupante". Estará uma ameaça velada patente no comunicado da embaixada russa? A mensagem subliminar que remete para uma "resposta" não conhecida potencia validamente o temor ou a indignação de Pedro Abrunhosa?

Rui Henrique Santos, investigador do Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI) da Universidade Nova de Lisboa, acredita que esta missiva da embaixada "foi apenas uma tomada de posição da Rússia, que tem acontecido em todas as capitais europeias ou em todos os sítios onde há manifestações artísticas, políticas, culturais ou sociais que Moscovo entende que são contra aquilo a que chamam a sua 'operação militar especial'". Existe uma preocupação muito latente de "avisar que [os representantes políticos russos] estão atentos", mas "que possam advir daí ações contra Pedro Abrunhosa ou contra outras pessoas... não", pondera o investigador.

Mas o desconhecimento aguça a imaginação, e uma manifestação de intenções sem que o seu conteúdo seja esclarecido pode, sim, motivar múltiplas interpretações, como sustenta André Pereira Matos, coordenador dos mestrado e licenciatura em relações internacionais e diplomacia da Universidade Portucalense. "De facto, não existe no comunicado da embaixada russa qualquer ameaça explícita. No entanto, o tom que utiliza para referir que 'as suas palavras foram ouvidas' e que serão retiradas consequências, sem as identificarem ou sequer a sua natureza - judicial, por exemplo -, não pode deixar de ser interpretado como uma forma mais velada de uma intenção que, sendo desconhecida, pode ser intimidatória, precisamente pelo desconhecimento em que nos mantém quanto às possíveis consequências."

É um argumento que Luísa Godinho endossa. A embaixada russa afirma, em comunicado, "que as 'provocações ignóbeis' – como são qualificadas as palavras de Abrunhosa – não ficarão sem resposta, sem, no entanto, indicar qual ela possa ser, insinuando uma possibilidade de retaliação, o que naturalmente procura causar temor". Esta linguagem, "usada num país alheio, soberano e democrático, é totalmente inaceitável", analisa a investigadora, que considera, aliás, todo o conteúdo intimidatório, por levantar, pelo menos, a hipótese de um processo judicial contra o cantor.

André Pereira Matos acredita que, pela visibilidade e exposição pública que tem e que "exponenciou com esta polémica", o artista e autor de "Talvez F\*\*\*\*\*" não terá o que temer. "Qualquer concretização desta putativa ameaça seria imediatamente atribuída ao Estado russo e **daria origem a uma situação diplomática muito constrangedora, no mínimo**", consolida o investigador.

#### **PEDRO ABRUNHOSA EXAGEROU?**

Não, quando o assunto é a liberdade de expressão, advogam os investigadores. Rui Henrique Santos explica que a reação do cantor deve ser contextualizada, à luz de um Estado democrático e soberano e atendendo ao conhecimento já adquirido acerca do regime russo em vigor. "Do nosso ponto de vista de ocidentais, atendendo à liberdade de expressão e à liberdade de opinião, que realmente na Rússia não são dadas, o espaço dado à criatividade intelectual deve ser mantido e alargado", vinca o investigador. "Há uma História de censura na Rússia – às Pussy Riot e outros grupos – que não podem livremente dizer o que pensam", pelo que "não foi exagerado, nem Pedro Abrunhosa foi à procura da fama que já tem".

"Dentro de um contexto em que se estão a colocar, de um lado, os artistas que vão ao Avante!, com bastantes críticas a serem feitas, e, do outro lado, os artistas que estão contra a guerra e o senhor Putin, o que Pedro Abrunhosa fez foi bem feito", sublinha o professor. Ainda assim, e quanto a esta ideia, todos os investigadores estão de acordo: é exagero [do cantor] alegar "ingerência na soberania nacional".

André Pereira Matos também se refere a uma ocasião em que, [após uma conversa com Marques Mendes, Pedro Abrunhosa proferiu estas palavras: “O parlamento tem de se pronunciar porque é uma ingerência na soberania nacional.”](#) Esta acusação é "excessiva", segundo o investigador. "O Estado russo entendeu que devia emitir um comunicado, perante alegadas queixas de cidadãos que representa, e fê-lo com um tom típico de um Estado autocrático que não se constrange nem a criar alguma tensão diplomática nem a posicionar-se quanto a um comportamento que é, no mínimo, questionável quanto ao respeito por normas internas e internacionais relativas à

liberdade de expressão." A ingerência na soberania portuguesa confirmar-se-ia, em vez disso, "se houvesse influência russa, por exemplo, num processo judicial contra o cantor ou algum tipo de resposta condicionada por parte do Estado português, o que não foi, claramente, o caso".

O professor diz que a presumível tentativa de intimidação é característica da retórica de um "regime autocrático", que desconsidera "direitos e liberdades fundamentais, como é o caso da liberdade de expressão". O especialista em Relações Internacionais assinala que países com este tipo de regime político são "tradicionalmente muito sensíveis a qualquer forma de demonstração pública de oposição à sua identidade nacional, às suas instituições ou decisões políticas".

Apesar de não negar que há um "tom desproporcionalmente agressivo e acusatório" no comunicado da entidade diplomática russa, André Pereira Matos faz um diagnóstico mais amplo. "A repressão política interna na Rússia é, pelo menos parte dela, conhecida e é um traço comum a todos os regimes não democráticos. Portanto, este posicionamento é expectável, é coerente com o regime em vigor e com a agressividade com o que o país lida com qualquer forma de oposição." Rui Henrique Santos concorda: "Este é o tipo de linguagem usado pela Rússia, mesmo antes da guerra". Há uma tentativa de mostrar que a Rússia consegue fazer mais do que o que lhe é possível hoje em dia.

A questão torna-se grave por duas razões, sistematiza Luísa Godinho: "Por um lado, pelo facto de estar em causa um ato corrente de liberdade de expressão, um direito fundamental. Por outro lado, por incluir a formulação de ameaças, o que é, isso sim, inadmissível num Estado de Direito democrático".

Ainda assim, Rui Henrique Santos assevera que, "do ponto de vista global, não tem o impacto que nós aqui lhe demos; é um assunto circunscrito à realidade portuguesa, mas que se repetiu e está a repetir em vários sítios da Europa e dos Estados Unidos".

#### **A CADA UM O SEU LUGAR: O PAPEL DA EMBAIXADA E DOS ÓRGÃOS DE SOBERANIA NACIONAL**

A estratégia de reação, "assiduamente intimidatória e de intromissão", das embaixadas russas a afirmações e atos que têm lugar noutros países é marca indelével do mundo de hoje, mas Luísa Godinho relembra que "uma embaixada serve para defender os interesses de um Estado junto de outro, pelo que é admissível que se manifeste face a críticas proferidas em público contra o Estado que representa". Não lhe assiste "qualquer direito de intimidação, algo inadmissível e intrusivo nos assuntos internos de um outro país", pelo que o "regime russo manifesta, deste modo, a sua dificuldade em lidar com princípios democráticos".

E, posto isto, quais são e a quem devem pertencer as respostas cabíveis? Os três investigadores ouvidos pelo Expresso [estão de acordo com o posicionamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros](#). "Tal como a embaixada russa teve o direito de se posicionar perante as palavras dirigidas contra uma instituição sua, também o Estado português tem o direito de se manifestar, neste caso, de forma também ela coerente com o seu regime político, a sua Constituição democrática e com as obrigações internacionais de proteção dos Direitos Humanos, defendendo o seu cidadão e, acima de tudo, o ambiente de liberdade de expressão, especialmente no campo da cultura e das artes, uma vez que é nestes domínios que se exercem de forma mais livre", refere André Pereira Matos.

Se Luísa Godinho considera "opcional" a tomada de posição por parte do Parlamento, Rui Henrique Santos acredita que não valerá a pena empolar a situação. "O Ministério dos Negócios Estrangeiros, bem, fez, através dos canais diplomáticos, saber a Moscovo que aquela nota da embaixada não era uma nota correta. Mais do que isso seria, aí sim, politicamente exagerar um assunto que não tem a importância que se quer dar."

"Puxar a Assembleia da República a este assunto não seria muito vantajoso, porque iria colocar algumas posições do Parlamento ainda mais em destaque", acrescenta o investigador de Relações Internacionais.

Rui Henrique Santos fala de um problema circunscrito, em que deve ser ponderado quais os atores que é conveniente colocar a intervir: "Na política internacional, costumamos dividir aquilo que se passa em vários níveis: as relações entre as pessoas, os Estados e sistema internacional. Esta é uma situação ao nível dos indivíduos". Luísa Godinho também analisa, na mesma linha, que "o cantor manifestou publicamente a sua opinião quanto à guerra na Ucrânia, e, obviamente, este só pode representar-se a si próprio e não ao Estado português".

#### **POSSÍVEIS CONSEQUÊNCIAS DIPLOMÁTICAS ENTRE OS DOIS PAÍSES**

"A 'bola' está agora do lado dos russos, por isso tudo dependerá dos seus próximos passos", atira André Pereira Matos. Apesar de as relações diplomáticas já quase não existirem, por causa da invasão de 24 de fevereiro, os investigadores portugueses não excluem que o incidente tenha causado arranhões ao ambiente já tenso entre a Rússia e Portugal. "Até ao momento, tanto quanto se sabe, criou algum desconforto diplomático entre os dois países, mas que, num cenário de guerra, não é particularmente tenso", comenta André Pereira Matos. A ajuda portuguesa à Ucrânia pode ser interpretada como mais ofensiva para os interesses russos do que um comunicado a defender o artista português. No entanto, "é possível que exista uma

certa escalada desta tensão também por força dessas variáveis acumuladas", admite o investigador.

Também Luísa Godinho deixa em aberto: "Todos os atos dos Estados se refletem nas suas relações. A questão é saber a que nível, mas isso só o futuro dirá. O atual contexto é, obviamente, demasiado complexo para concludentes respostas, neste momento".